

EDITORIAL

Dossiê

Antiguidade: recepção e usos do passado

A Antiguidade reveste-se de uma dupla dimensão: passado e presente e, daí, um terceiro adicional, o futuro. Não há futuro, senão como ação no presente. O devir não está determinado, o futuro será feito (aliás, esse o sentido de futuro, “aquilo que poderá existir”). Não há presente, nem projeto de futuro, sem o passado, ao menos como narrativa sobre o que ocorreu, como invenção, no sentido original de encontro, descoberta e imaginação (*inuenio*, “venho em”). Os usos do passado, neste aspecto, são fundamentais. No caso do mundo antigo, a Antiguidade tem servido tanto para os usos mais retrógrados e opressivos, como para os mais libertários. A modernidade fundou-se nesses usos da Antiguidade, desde o Renascimento, quando os humanistas leram os antigos, muitas vezes, para contestar o poder discricionário e opressivo predominante. Com o tempo, acentuou-se isso, ao passo que o mundo antigo inspirou tanto a manutenção do *status quo* – e até mesmo sua radicalização – quanto sua contestação. Esparta ou Roma serviram para assujeitar as pessoas, tanto mulheres (mães, apenas) quanto homens (carne de canhão), tanto loucos quanto médicos voltados a prender os chamados “loucos”, o que incluía uma miríade de pessoas com comportamentos considerados desviantes. Como no caso, que nos pode parecer estranho, de quem se banhava todos os dias, algo tão desviante que mereceria encarceramento, na França, há apenas um século.

A Antiguidade serviu tanto para oprimir quanto para liberar, e este dossiê almeja responder ambas as questões: como o passado ou o presente serviu e tem servido para oprimir e como pode contribuir para a libertação. Uma das premissas consiste em que os usos do passado podem servir para um olhar e um comportamento crítico, capazes de separar e julgar, no étimo grego da palavra crítica. “Recepção” tampouco se pode deixar de lado. Primeiro, por ser uma área de investigação e reflexão consolidada e fértil. Em seguida, pois “recepção” significa como se pode retomar elementos do passado (do latim *capio*, “pegar”, e *re*, “de novo”), para propor o que fazer. A ênfase dos estudos de recepção no passado, na origem, pode ser complementada pela aten-

ção ao presente, nos usos do passado. São duas faces de uma mesma moeda. Quando propusemos este dossiê, estávamos em um contexto pós-traumático, como resultado de um alívio, talvez temporário, esperemos que não assim seja, do uso reacionário e repressivo do passado. Acabávamos de escapar de um golpe de Estado *manu militari*. A resposta foi uma colheita tanto original quanto inovadora e crítica, capaz de fazer pensar. Isso é o mais importante, e estamos convictos que este dossiê vai nessa direção.

De fato, os artigos mostram isso de maneira sobeja e exaustiva. Cláudio Umpierre Carlan examina símbolos cunhados em moedas da Antiguidade presentes na coleção numismática do Museu Histórico Nacional (MHN), do Rio de Janeiro, para discutir o valor de seu uso como local de propaganda política e meio de legitimar o poder de um imperador. Flávia Regina Marquetti e Semíramis Corsi Silva tratam a importância dos contos dos Irmãos Grimm e de Charles Perrault na formação do imaginário popular a respeito da figura da bruxa, representada como mulheres velhas, pobres e feias, e como esta imagem baseia-se em uma tradição literária oriunda do poeta latino Horácio, do século I A.E.C. Gabriela Isbaes e Pedro Paulo Abreu Funari analisam exposições realizadas por museus e universidades no século XXI que têm como tema “mulheres na Antiguidade”, em especial as greco-romanas, com o propósito de identificar o tipo de trabalho, interpretação e divulgação feita por estas instituições acerca da vida das mulheres antigas em meio a um ambiente historiográfico aberto às discussões feministas e de gênero.

Leticia Batista Rodrigues Leite problematiza os usos de fragmentos antigos sobre a poeta Safo de Lesbos (VII-VI a.C.) na composição da novela *Amores de Safo*, publicada no Rio de Janeiro em 1934, ao gosto do público leitor do período. Discute a associação de Lesbos à temática do lesboerotismo como uma das mais contestadas e persistentes “ficções de Safo” e contribui para a compreensão de sua circulação e popularização no Brasil. Luis Filipe Bantim de Assumpção reflete acerca da recepção da Esparta clássica no mangá *Hokuto no Ken*, de Buronson e Tetsuo Hara, por meio das (re)leituras de Plutarco. O autor discute como esta animação dos anos de 1980 teve o propósito de enaltecer os atributos físicos e éticos dos guerreiros japoneses em uma contraposição a uma suposta brutalidade dos combatentes ocidentais, ao estilo dos espartanos.

Em seus estudos de recepção e usos do passado, Renata Cerqueira Barbosa investiga a utilização de cartas de Plínio, O Jovem, enviadas a Tácito

no contexto da erupção do Monte Vesúvio, em 79 E.C., em alguns trabalhos posteriores de cunho poético, artístico e historiográfico que tiveram por tema questões relacionadas a este acontecimento. Já Renata Senna Garraffoni, a partir de uma perspectiva dos estudos críticos da recepção, apresenta aproximações entre os antigos gregos e romanos e a cultura jovem na segunda metade do século XX, por meio da obra de Paulo Leminski. Discute como leituras específicas da filosofia grega se conectam à contracultura norte-americana e a um potencial inspirador de questionamento de verdades em espaços sociais e acadêmicos. Por fim, Tais Pagoto Bélo analisa a recepção de Boudica feita pelas sufragistas britânicas e como esta figura tida como a representante do primeiro movimento de liberdade liderado por uma mulher foi tomada pelas sufragistas a fim de conferir poder e força a esse movimento social, de modo a demonstrar a bravura de lideranças femininas.

Encerrando o presente número, temos o artigo livre de Priscila Scoville, que explora o papel das mulheres na realeza egípcia, com foco na Rainha Tiye. Para tal propósito, a autora examina a visão egípcia do feminino, enraizada na dualidade, aliada à cosmogonia egípcia, igualmente marcada por tal dualidade. A partir dessa análise, fica possível compreender o conceito de *queenship*, ressaltando o papel transformador e protetor das mulheres na realeza. O artigo almeja demonstrar as estratégias e a ascensão das rainhas no poder e na religiosidade, enfatizando o papel crucial do *queenship* na manutenção da ordem e da vida no Egito Antigo.

À Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) um agradecimento especial pelo apoio à edição do presente número da revista.

A todas/os, boa leitura!

Lourdes Feitosa

Centro Universitário Sagrado Coração (UNISAGRADO)

Pedro Paulo Funari

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)